

NOTA PÚBLICA DE DOCENTES DO INSTITUTO DE HISTÓRIA (INHIS) E DO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA (PROFHISTÓRIA-UFU), DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, DE APOIO À GREVE DOS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, DO ESTADO DE MINAS GERAIS, E REPÚDIO ÀS AGRESSÕES QUE TÊM SOFRIDO POR PARTE DO GOVERNO DO ESTADO E DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

O Instituto de História (UFU) e a Coordenação do curso de Mestrado Profissional em Ensino de História (UFU), juntamente com seu corpo docente, vêm, por esta nota, expressar publicamente apoio aos(às) profissionais da Educação de Minas Gerais, que têm lutado para que o Governo do Estado cumpra o pagamento do piso salarial, estabelecido pelo Governo Federal, a propósito, seu aliado político, no cenário nacional.

Em greve desde o dia 8 de março, professores e professoras se empenham pela aprovação das emendas ao PL 3.568/22, que resguardam a integralidade do Piso Salarial da Educação de 33,24%, no Estado de Minas Gerais, contra os 10,06% oferecidos pelo Governo.

O governador Romeu Zema não tem se mostrado disposto a conversar com a categoria e seu sindicato, bem como tem se negado a pagar o reajuste previsto em lei. Apesar de ter alardeado como “concessão” do Governo Federal, a atualização do piso salarial do magistério tem previsão legal desde 2008 e é calculado com base na comparação do valor aluno-ano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) dos dois últimos anos. O valor aluno-ano é o valor mínimo estabelecido para repasse do Fundeb para cada matrícula de aluno na educação básica por ano. O repasse do Fundeb envolve recursos provenientes da arrecadação de Estados, municípios e da União, quando houver necessidade de complementação financeira.

Dentre as palavras de ordem do movimento grevista, há aquela que denuncia a urgência da luta e a contradição das ações governamentais: “**piso é lei!**”. Já são 5 anos sem ajuste salarial. O Instituto de História e o ProfHistória UFU, cursos que têm como mestrandos e mestrandas docentes da educação básica, em sua maioria de escolas públicas, não podem silenciar diante de tamanha injustiça e descompromisso por parte dos gestores públicos para com a categoria de trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Não bastasse a luta por melhores salários (até quando?), estes(as) profissionais têm sido atacados(as) com violência física em suas manifestações pacíficas e democráticas. O INHIS e o ProfHistória repudiam a forma como o comando de greve foi recebido pelas polícias locais na cidade de Uberlândia e em Belo Horizonte, nos dias 22 e 25 de março, respectivamente. No primeiro episódio, os(as) grevistas foram agredidos(as) com empurrões e expulsos(as) do Parque de Exposições Camaru, em evento voltado ao encontro do governador Zema com ruralistas. No segundo, em frente à Prefeitura, a guarda municipal da capital mineira, sob a administração do prefeito Alexandre Kalil, promoveu ataques de extrema violência contra os(as) professores(as), com bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e cassetetes, que culminou com feridos(as) que precisaram de atendimento hospitalar.

Os (As) docentes do INHIS e do ProfHistória UFU, portanto, reafirmam o seu compromisso com a valorização dos(as) professores(as) da educação básica, com a democracia e repudiam veementemente o que vem ocorrendo.

“**Piso é Lei!**” “**Zema, pague o piso da Educação!**” e se a arrecadação não é suficiente para cumprir esse compromisso, trabalhe junto com a bancada mineira no Congresso Nacional, eleita para defender os interesses do povo, para reivindicar do Governo Federal o cumprimento de sua responsabilidade de complementar os recursos.

Uberlândia, 04/04/2022.